

Demonstrações Financeiras

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.
Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

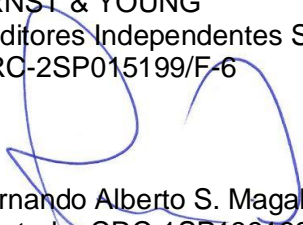


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.941	3.814	28.237	3.817
Aplicações financeiras vinculadas	4	3.650	-	3.650	-
Contas a receber de clientes	5	73.894	54.987	73.894	54.987
Estoques	6	33.717	28.855	33.717	28.855
Tributos a recuperar	7	46.114	28.014	46.114	28.014
Adiantamentos a fornecedores		9.392	4.248	9.392	4.248
Outros ativos circulantes		1.788	2.045	1.788	2.045
		196.496	121.963	196.792	121.966
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	9	24	-	24	-
Outros créditos		1.883	2.925	1.883	2.925
Investimentos	8	8.018	8.309	-	-
Imobilizado	10	312.600	296.239	361.309	345.872
		322.525	307.473	363.216	348.797
Total do ativo		519.021	429.436	560.008	470.763
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	74.699	34.747	74.699	34.747
Empréstimos e financiamentos	12	60.203	63.268	60.203	63.268
Impostos, taxas e contribuições	13	5.431	8.334	5.431	8.334
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	8.956	7.691	8.956	7.691
Parcelamento de impostos a recolher	15	3.536	4.705	3.536	4.705
Dividendos a pagar	18	2.479	-	2.479	-
Adiantamentos de clientes		8.105	7.562	8.105	7.562
Incentivos fiscais		270	1.303	270	1.303
		163.679	127.610	163.679	127.610
Não circulante					
Contas a pagar		14.400	10.525	14.400	10.525
Empréstimos e financiamentos	12	153.298	135.969	153.298	135.969
Subvenção governamental diferida - doação	10	-	-	30.000	30.000
Provisão para contingências	16	17.799	30.807	17.799	30.807
Parcelamento de impostos	15	13.295	15.623	13.295	15.623
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	3.609	1.547	7.963	6.000
		202.401	194.471	236.755	228.924
Patrimônio líquido					
Capital social	18	96.289	96.289	96.289	96.289
Reserva legal		2.403	-	2.403	-
Reserva de lucros		-	37.525	-	37.525
Ajustes de avaliação patrimonial		54.249	56.252	54.249	56.252
Prejuízos acumulados		-	(82.711)	-	(82.711)
		152.941	107.355	152.941	107.355
Participação de acionistas não controladores		-	-	6.633	6.873
Total do patrimônio líquido		152.941	107.355	159.574	114.228
Total do passivo e patrimônio líquido		519.021	429.436	560.008	470.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	19	542.523	416.342	542.523	416.342
Custo dos produtos vendidos	20	(326.879)	(256.720)	(326.879)	(256.720)
Lucro bruto		215.644	159.622	215.644	159.622
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas e logística	21	(97.343)	(78.552)	(97.343)	(78.552)
Despesas gerais e administrativas	22	(47.895)	(40.509)	(48.818)	(41.874)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(291)	(675)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	23	24.854	17.538	25.147	17.538
		(120.675)	(102.198)	(121.014)	(102.888)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		94.969	57.424	94.630	56.734
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	24	(48.016)	(32.543)	(48.016)	(32.544)
Receitas financeiras	24	3.173	2.196	3.173	2.196
		(44.843)	(30.347)	(44.843)	(30.348)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		50.126	27.077	49.787	26.386
Imposto de renda	17	(1.514)	7.104	(1.441)	7.201
Contribuição social	17	(547)	2.546	(521)	2.582
Lucro líquido do exercício		48.065	36.727	47.825	36.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	48.065	36.727	47.825	36.169
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes				
Realização das reservas de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	(3.035)	(10.029)	(3.103)	(10.420)
Tributos sobre realização de reserva de reavaliação de ajuste patrimonial	1.032	3.410	1.055	3.543
Total dos resultados abrangentes do exercício	46.062	30.108	45.776	29.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de subvenções	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido pertencente aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	96.289	3.394	62.167	-	9.945	(98.477)	73.318	4.741	78.059
Apropriação de ajuste de avaliação patrimonial reflexa	-	-	(2.690)	-	-	-	(2.690)	2.690	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação, líquida de tributos	-	(3.394)	(3.225)	-	-	6.619	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	36.727	36.727	(558)	36.169
Apropriação de reserva de subvenção	-	-	-	-	27.580	(27.580)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	96.289	-	56.252	-	37.525	(82.711)	107.355	6.873	114.228
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida de tributos	-	-	(2.003)	-	-	2.003	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com subvenções de exercícios anteriores	-	-	-	-	(37.525)	37.525	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	48.065	48.065	(240)	47.825
Constituição de reserva legal	-	-	-	2.403	-	(2.403)	-	-	-
Apropriação de reserva de subvenção (Nota 18.b)	-	-	-	-	39.886	(39.886)	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com subvenções do exercício (Nota 18.b)	-	-	-	-	(39.886)	39.886	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 18.d)	-	-	-	-	-	(2.479)	(2.479)	-	(2.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	96.289	-	54.249	2.403	-	-	152.941	6.633	159.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	50.126	27.076	49.787	26.386
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	815	559	815	559
Provisão para contingências	(12.826)	(8.898)	(12.826)	(8.898)
Depreciação	20.108	26.340	21.032	27.705
Resultado na baixa do ativo imobilizado	-	179	-	179
Juros, comissões e variação cambial não realizadas, sobre empréstimos	4.409	3.072	4.409	3.072
Perdas de operações de derivativos, não realizados	82		82	
Resultado de equivalência patrimonial	291	675	-	-
	63.005	49.003	63.299	49.003
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos				
Contas a receber de clientes	(19.722)	(26.211)	(19.722)	(26.211)
Estoques	(4.862)	(3.781)	(4.862)	(3.781)
Adiantamentos concedidos	(5.144)	3.766	(5.144)	3.766
Tributos a recuperar	(18.100)	(16.235)	(18.100)	(16.235)
Outros ativos circulantes	233	(1.228)	233	(1.228)
Depósitos judiciais	1.042	(2.592)	1.042	(2.592)
Fornecedores	43.827	(1.081)	43.827	(1.081)
Impostos e contribuições a recolher	(2.903)	522	(2.903)	522
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.265	4.398	1.265	4.398
Créditos de clientes	543	4.668	543	4.668
Parcelamento de impostos	(3.497)	(1.698)	(3.497)	(1.698)
Outros passivos	(182)	-	(182)	-
Caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais	55.505	9.531	55.799	9.531
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos				
Crédito investimento/Fomentar - GO	(1.033)	1.179	(1.033)	1.179
Aquisições do ativo imobilizado, líquidas	(16.413)	(9.143)	(16.414)	(9.145)
Aplicações financeiras	(3.650)	-	(3.650)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(21.096)	(7.964)	(21.097)	(7.966)
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	149.447	105.698	149.447	105.698
Empréstimos e financiamentos liquidados - principal	(126.043)	(89.806)	(126.043)	(89.806)
Empréstimos e financiamentos liquidados - juros e var. cambial	(33.686)	(15.009)	(33.686)	(15.009)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	(10.282)	883	(10.282)	883
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	24.127	2.450	24.420	2.448
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.814	1.364	3.817	1.369
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.941	3.814	28.237	3.817
Operações que não afetam caixa:				
Aquisição de ativo imobilizado por meio de financiamentos	20.057	43.507	20.057	43.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) Operação da Companhia e empresa controlada

A Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. ("Carta Goiás" ou "Companhia") foi constituída em 3 de março de 2000 e possui como objeto social e principal atividade, a industrialização, comercialização, distribuição e transporte de artefatos de papel, papelão, papel sanitário, guardanapo de papel, papel toalha, lenço de papel, fraldas descartáveis, absorventes femininos e artigos de toucador.

A Carta Goiás possui unidades industriais em Anápolis - GO e São Gonçalo - RJ, além de filiais em Olinda - PE e Salvador - BA.

Durante o ano de 2015, a Companhia consolidou a sua posição na produção de papel *tissue* no país com a utilização plena da capacidade produtiva de seus ativos, principalmente da Máquina de Papel 5, localizada em Anápolis, máquina esta que havia iniciado sua operação em maio de 2014. Adicionalmente, foram concluídos os processos de aquisição de uma nova linha de conversão de papel e de uma nova e moderna máquina para a fabricação de fraldas. Tais equipamentos foram recebidos entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, entrando em operação em Anápolis nos meses de fevereiro e março de 2016, respectivamente.

Adicionalmente, a Carta Goiás possui o controle acionário da Carta Industrial Produtos de Higiene e Limpeza S.A. ("Carta Industrial"), mantendo 54,73% de participação no seu capital social.

A Carta Industrial possui equipamentos industriais em Anápolis - GO e um terreno em Aracruz - ES. Tal terreno se destina ao desenvolvimento de projeto de ampliação da capacidade produtiva da Companhia, denominado Projeto Aracruz. Vide Nota 10.

b) Posição financeira

Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora apresenta capital circulante líquido positivo no montante de R\$32.817 (Consolidado - capital circulante positivo de R\$33.113), revertendo posição de capital circulante líquido negativo de R\$5.647 (Consolidado - capital circulante negativo de R\$5.644), verificada em 31 de dezembro de 2014.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Posição financeira--Continuação

A situação positiva de 31 de dezembro de 2015 é resultado da melhora contínua da estrutura de capital da Companhia, combinadas com medidas de eficiência operacional. Entre os meses de setembro e dezembro de 2015 concluíram-se importantes operações de crédito que permitiram melhorar o perfil do endividamento da Companhia. As principais operações, entre novos empréstimos e repactuações, somam R\$131.400 e possuem prazos totais de até 60 meses, com até 12 meses de carência de principal. Os recursos obtidos foram utilizados para liquidar operações de curto prazo e para constituir uma importante reserva de capital de giro, o que permitirá a Carta Goiás maior tranquilidade na condução de suas operações. Além disso, a atual situação patrimonial da Companhia lhe proporciona bases sólidas para a consecução do seu planejamento estratégico para os próximos anos, principalmente no diz respeito à execução de novos investimentos produtivos com consequente aumento de sua participação no mercado.

A Administração segue promovendo diversas ações com o objetivo de melhor ainda mais a situação financeira e econômica da Companhia, tais como: (i) contratações de operações de crédito com prazos mais longos e período de carência do principal; (ii) maior eficiência operacional e aumento da produtividade em suas operações e (iii) revisão e diversificação das linhas de produtos, tal como a introdução em junho de 2015 da linha de lenços umedecidos *Looping* no portfólio da Companhia.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as informações as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram preparadas com base nesse princípio.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas na Nota 3. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi concedida pela Administração da Companhia em 24 de março de 2016.

c) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Carta Goiás e Carta Industrial, as quais possuem os mesmos acionistas controladores.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as sociedades são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O exercício é coincidente entre todas as empresas que compõe as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações e os saldos das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) da Companhia são apresentados em Reais, principal moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, como variação cambial.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a os de curto prazo da Companhia. Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente
--Continuação

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. Os derivativos contratados para cobrir riscos de moeda e taxa de juros (swap) estão registrados a valor justo contra o resultado, de acordo com os critérios descritos na Nota 9.
- ii. Outros passivos financeiros: Correspondem a fornecedores e empréstimos, principalmente. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
- iii. Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é analisada individualmente. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método de custo médio.

Os custos históricos são apurados com base no método do custo médio e incluem todas as despesas incorridas para levar os estoques à localização e condição atuais. Estas incluem impostos de importação, fretes e custo de logística, e quaisquer outros custos atribuíveis à aquisição.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As provisões para estoques, quando aplicável, são constituídas com base em estoques de giro baixo e itens obsoletos ou sem expectativa de realização.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, ajustado ao custo atribuído pela adoção inicial do CPC 27 - Ativo Imobilizado deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação, se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear de acordo com as taxas divulgadas abaixo.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação anual %
Edificações	3
Obras civis	5
Instalações	5
Maquinas e equipamentos	6
Veículos	10
Equipamento de informática	4

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

g) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são na prática, reconhecidas ao valor da fatura (valor justo) correspondente.

h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os empréstimos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

j) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

k) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, previdenciário e tributário) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Provisões--Continuação

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

Outras provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

As receitas de vendas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, às alíquotas normais e cujos valores são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos--Continuação

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado do exercício, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos passivos, referem-se (i) ao imposto sobre ajuste de avaliação patrimonial de ativos ao custo atribuído ("deemed cost") efetuado em 2010, o qual é realizado ao resultado proporcionalmente à depreciação do ativo ajustado ao custo atribuído; (ii) diferenças temporárias tributáveis decorrentes principalmente de contabilização de depreciação de ativos calculadas a taxas distintas daquelas estimadas pelas autoridades fiscais, conforme facultado pela legislação tributária vigente.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Dessa forma, a Administração apresentou saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquidos do saldo passivo.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

i. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

ii. Receita de venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos ao comprador; o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita líquida inclui ainda a receita de subvenções de ICMS (Nota 18.b).

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, provisão para perda por risco de créditos, provisão para contingências, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

o) Novos pronunciamentos e interpretações

Em 2014 o IASB emitiu a norma IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, que passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O IFRS 15 (ainda sem CPC correspondente) apresenta princípios de reconhecimento da receita baseados em um modelo de cinco passos a ser aplicado em todos os contratos com clientes e introduz novas divulgações requeridas. A Administração da Companhia está avaliando os impactos dessas alterações em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	12.822	3.814	13.118	3.817
Equivalentes de caixa	15.119	-	15.119	-
	<u>27.941</u>	<u>3.814</u>	<u>28.237</u>	<u>3.817</u>

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras vinculadas --Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras vinculadas	3.650	-	3.650	-
	3.650	-	3.650	-

O saldo de equivalentes de caixa é composto principalmente por aplicações financeiras em bancos de primeira linha com disponibilidade dentro de no máximo 90 dias e estão sujeitas à remuneração equivalentes a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários - CDI.

As aplicações financeiras vinculadas constituem garantia a operações de empréstimos para capital de giro, com remuneração equivalente a 98% da variação do CDI.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
A vencer	70.925	53.373
Vencidos		
De 1 a 30 dias	1.688	1.043
De 31 a 60 dias	379	165
De 61 a 90 dias	290	121
De 91 a 180 dias	612	285
Acima de 180 dias	1.232	1.986
(-)Provisão para devedores duvidosos	(1.232)	(1.986)
Duplicatas a receber	73.894	54.987

Parte das duplicatas a receber foram oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos bancários. O valor total dessas garantias até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$62.066 (R\$40.076 em 31 de dezembro de 2014).

A Administração constitui uma provisão para crédito de liquidação duvidosa com base em uma análise de saldos vencidos, a fim de identificar aqueles cujo recebimento não é provável, sendo constituída provisão para os casos que não há expectativa de realização do crédito.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

As movimentações na provisão para perda por risco de crédito dos montantes a receber são apresentadas a seguir:

Movimentação da PCLD	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(1.986)	(1.427)
Constituição de provisão	(815)	(559)
Valores baixados como incobráveis	1.569	-
Saldo no final do exercício	(1.232)	(1.986)

6. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	10.295	9.513
Produtos em elaboração	5.201	2.314
Matérias primas	8.288	6.569
Embalagens	3.402	4.286
Material de manutenção e consumo	6.531	6.173
	33.717	28.855

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
IPI (a)	6.970	7.467
PIS (b)	7.084	3.899
COFINS (b)	24.410	13.845
IRPJ e CSLL (c)	4.622	2.612
ICMS Goiás - Inst. Norm. 1.208/2015 (d)	1.024	-
Outros	2.004	191
	46.114	28.014

- (a) O saldo de IPI refere-se ao crédito do imposto tomado nas operações de compra de matéria prima do exterior. Os saldos vem sendo utilizados para compensação com outros tributos federais.
- (b) Os créditos de PIS e COFINS são oriundos da Medida Provisória nº 609, de 8 de março de 2013 que reduz a zero as alíquotas incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno que compõem a cesta básica. Atualmente a Companhia vem utilizando os saldos para a compensação de tributos federais. Adicionalmente, está em processo de restituição desses valores junto à Receita Federal do Brasil e espera que os valores gerados há mais de um ano sejam ressarcidos no decorrer de 2016. Os valores ressarcidos deverão ser utilizados primeiramente para quitação antecipada de parcelamentos federais, de acordo com a legislação vigente.
- (c) IRPJ e CSLL referem-se a valores antecipados que serão compensados com tributos a recolher no próximo exercício.
- (d) Antecipações realizadas por força da Instrução Normativa 1208/2105, realizadas até fevereiro de 2016, a serem compensadas com recolhimentos futuros, nos termos a serem definidos pelo Estado de Goiás.

8. Investimentos

a) Informações relevantes sobre investidas

A participação na Carta Industrial é registrada pelo método de equivalência patrimonial e a composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	2015	2014
Participação direta	54,73%	54,73%
Patrimônio líquido	14.651	15.182
Prejuízo do exercício	(531)	(1.233)
Total dos ativos	49.005	49.635

O capital social da Carta Industrial é composto por 12.077.220 ações ordinárias.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos

	2015	2014
Saldo no início do exercício	8.309	8.984
Resultado de equivalência patrimonial	(291)	(675)
Saldos no final do exercício	<u>8.018</u>	<u>8.309</u>

c) Balancos patrimoniais e demonstrações dos resultados resumidos

Os sumários das demonstrações financeiras das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os valores de ajustes no processo de consolidação em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2015				Demonstrações financeiras consolidadas
	Carta Goiás	Carta Industrial	Total	Eliminações	
Balanco patrimonial					
Ativo					
Circulante	196.496	296	196.792	-	196.792
Não circulante					
Investimentos	8.018	-	8.018	(8.018)	-
Outros	1.907	-	1.907	-	1.907
Imobilizado	312.600	48.709	361.309	-	361.309
Total do ativo	<u>519.021</u>	<u>49.005</u>	<u>568.026</u>	<u>(8.018)</u>	<u>560.008</u>
Passivo					
Circulante	163.679	-	163.679	-	163.679
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	153.298	-	153.298	-	153.298
Obrigações tributárias diferidas	3.609	4.354	7.963	-	7.963
Outros	45.494	30.000	75.494	-	75.494
Patrimônio líquido					
Capital social	96.289	12.077	108.366	(12.077)	96.289
Reserva legal	2.403	-	2.403	-	2.403
Ajustes de avaliação patrimonial	54.249	8.453	62.702	(8.453)	54.249
Prejuízos acumulados	-	(5.879)	(5.879)	5.879	-
Acionistas não controladores	-	-	-	6.633	6.633
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>519.021</u>	<u>49.005</u>	<u>568.026</u>	<u>(8.018)</u>	<u>560.008</u>
Demonstração do resultado					
Receita operacional líquida	542.523	-	542.523	-	542.523
Custo	(326.879)	-	(326.879)	-	(326.879)
Despesas operacionais, líquidas	(120.675)	(630)	(121.305)	291	(121.014)
Resultado financeiro	(44.843)	-	(44.843)	-	(44.843)
IRPJ e CSL	(2.061)	99	(1.962)	-	(1.962)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>48.065</u>	<u>(531)</u>	<u>47.534</u>	<u>291</u>	<u>47.825</u>

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

c) Balancos patrimoniais e demonstrações dos resultados resumidos--Continuação

	31 de dezembro de 2014				Demonstrações financeiras consolidadas
	Carta Goiás	Carta Industrial	Total	Eliminações	
Balanco patrimonial					
Ativo					
Circulante	121.963	3	121.966	-	121.966
Não circulante					
Investimentos	8.309	-	8.309	(8.309)	-
Outros	2.925	-	2.925	-	2.925
Imobilizado	296.239	49.633	345.872	-	345.872
Total do ativo	429.436	49.635	479.071	(8.309)	470.763
Passivo					
Circulante	127.610	-	127.610	-	127.610
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	135.969	-	135.969	-	135.969
Obrigações tributárias diferidas	1.547	4.453	6.000	-	6.000
Outros	56.955	30.000	86.955	-	86.955
Patrimônio líquido					
Capital social	96.289	12.077	108.366	(12.077)	96.289
Reservas de subvenção	37.525	-	37.525	-	37.525
Ajustes de avaliação patrimonial	56.252	8.644	64.896	(8.644)	56.252
Prejuízos acumulados	(82.711)	(5.539)	(88.250)	5.539	(82.711)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	6.873	6.873
Total do passivo e patrimônio líquido	429.436	49.635	479.071	(8.309)	470.763
Demonstração do resultado					
Receita operacional líquida	416.342	-	416.342	-	416.342
Custo	(256.720)	-	(256.720)	-	(256.720)
Despesas operacionais, líquidas	(102.198)	(1.365)	(103.563)	675	(102.888)
Resultado financeiro	(30.347)	(1)	(30.348)	-	(30.348)
IRPJ e CSL	9.650	133	9.783	-	9.783
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	36.727	(1.233)	35.494	675	36.169

9. Instrumentos financeiros derivativos

a) Políticas, objetivos e designação de "hedge accounting"

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos cuja gestão é efetuada por meio da definição de estratégias e monitoramento dos riscos envolvidos.

Os instrumentos derivativos contratados pela companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio em determinados empréstimos em moeda estrangeira, e não são utilizados para fins especulativos.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Políticas, objetivos e designação de "hedge accounting"--Continuação

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (hedge accounting) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, documentando:

- O relacionamento do hedge.
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Sociedade em contratar a operação de hedge.
- A identificação do instrumento financeiro.
- O objeto ou transação de cobertura.
- A natureza do risco a ser coberto.
- A descrição da relação de cobertura.
- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

A efetividade esperada é maior do que a definida na norma contábil de hedge accounting (80% e 125%), uma vez que os fluxos no momento "zero" estão 100% cobertos por swap em valores, vencimentos e prazos totais do objeto de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o Marked-to-Market (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia decidiu realizar um hedge de valor justo para o objeto descrito anteriormente para certos contratos de financiamento de longo prazo, com o objetivo de cobrir o risco cambial e trazer à operação para uma denominação em Reais (R\$), a taxas de juros praticadas no mercado interno.

O instrumento de hedge escolhido é uma operação de derivativos, através de um SWAP de troca de moedas e taxa de juros. Os Swaps foram contratados pelos mesmos valores dos empréstimos objeto de hedge e com vencimentos idênticos aos dos contratos de financiamentos.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Portfólio de operações de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos foram contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2015, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabelas a seguir.

(i) *Contratos objeto de "hedge accounting" - Controladora e Consolidado:*

<u>Objeto de proteção</u>	<u>Contraparte do valor principal</u>	<u>Valor referencial 2015</u>
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	17.500
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	3.500
		<u>21.000</u>

As operações de swap acima descritas estão atreladas aos contratos de financiamento objeto de hedge e possuem vencimento final entre agosto e novembro de 2020, com vencimentos trimestrais.

(ii) *Contratos de curto prazo (Finimp) não objeto de "hedge accounting" - Controladora e Consolidado:*

<u>Objeto de proteção</u>	<u>Contraparte do valor principal</u>	<u>Valor referencial 2015</u>
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	3.693
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	1.553
		<u>5.246</u>

As operações de swap relativas a contratos de Finimp, possuem vencimento final atrelados aos respectivos contratos de financiamento de importação entre julho e agosto de 2016, com vencimento único.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Composição das operações de derivativos em 31 de dezembro de 2015

(i) *Contratos objeto de hedge accounting - Controladora e Consolidado:*

	<u>Valor referencial</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Curva do instrumento</u>	<u>Ganhos/ (perdas) no resultado</u>
Posição ativa				
Moeda estrangeira	21.000	22.486	21.232	1.718
Posição passiva				
Índice - CDI	(21.000)	(24.054)	(21.208)	(3.262)
Total	<u>-</u>	<u>(1.568)</u>	<u>24</u>	<u>(1.544)</u>
Financiamentos objeto de hedge accounting	<u>21.000</u>	<u>22.486</u>		<u>1.486</u>
Efeito líquido no resultado				<u>(58)</u>

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos e a variação dos valores pela curva.

A provisão para os ganhos e/ou perdas não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no Ativo ou no Passivo circulante, no balanço patrimonial, conforme o caso, tendo como contrapartida o "Resultado financeiro".

A variação do valor justo dos financiamentos é reconhecida na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", tendo como contrapartida o "Resultado financeiro".

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Composição das operações de derivativos em 31 de dezembro de 2015 - Continuação

(ii) *Contratos de curto prazo, não objeto de Hedge Accounting - Finimp - Controladora e Consolidado:*

	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa		
Moeda estrangeira	5.246	5.677
Posição passiva		
Índice - CDI	(5.246)	(5.567)
Total	-	110

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos.

10. Imobilizado

Descrição	Controladora			Líquido
	31/12/2015	31/12/2014	Líquido	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	17.719	-	17.719	12.326
Edificações	55.654	(9.389)	46.265	45.786
Instalações prediais	17.461	(5.221)	12.240	10.318
Obras civis	9.457	(2.904)	6.553	5.967
Máquinas e equipamentos	310.788	(121.670)	189.118	193.355
Móveis e utensílios	1.583	(698)	885	817
Equipamentos de informática	3.081	(579)	2.502	1.601
Veículos	29.071	(9.552)	19.519	15.568
Outros	56	-	56	51
Obras em andamento	17.743	-	17.743	10.450
	462.613	(150.013)	312.600	296.239

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

Descrição	Consolidado			
	2015			2014
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	47.719	-	47.719	42.326
Edificações	66.246	(10.530)	55.716	55.426
Instalações prediais	17.461	(5.221)	12.240	10.318
Obras civis	9.457	(2.904)	6.553	5.967
Máquinas e equipamentos	329.842	(131.465)	198.377	203.347
Móveis e utensílios	1.583	(698)	885	817
Equipamentos de informática	3.081	(579)	2.502	1.601
Veículos	29.071	(9.552)	19.519	15.568
Outros	56	-	56	51
Obras em andamento	17.742	-	17.742	10.451
	522.258	(160.949)	361.309	345.872

A Carta Industrial em 23 de novembro de 2012, recebeu como subvenção governamental do Município de Aracruz, através de doação, um terreno de 550.000 m² onde será construída uma nova fábrica. Com base em laudos de avaliação contábil preparado por especialistas, foi atribuído o valor justo desse bem em R\$30.000. Conforme normas contábeis brasileiras - CPC 07 - *Subvenção e Assistência Governamentais* o terreno foi registrado na rubrica de imobilizado contra uma receita diferida. A realização dessa receita diferida está atrelada ao início da operação da nova máquina.

Em agosto de 2014, a controlada obteve a Licença Municipal de Instalação, e atualmente está em processo de obtenção de licenças adicionais para a preparação da área para desenvolvimento do referido projeto. Adicionalmente, em outubro de 2014, a Carta Industrial assinou o Termo de Acordo *INVEST-ES 352/2014*, que garante à empresa os incentivos fiscais de ICMS para a implantação e operação do Projeto Aracruz. Em 2015, foram iniciadas as obras de limpeza do terreno de 550.000 m², com a remoção da vegetação e preparação da área.

Movimentação do imobilizado	Controladora	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	296.239	270.106
Adições	36.562	53.291
Depreciação	(20.108)	(26.340)
Baixas	(93)	(818)
Saldo no final do exercício	312.600	296.239

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado	Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	345.872	321.104
Adições	36.562	53.291
Depreciação	(21.032)	(27.705)
Baixas	(93)	(818)
Saldo no final do exercício	361.309	345.872

Parte dos bens do ativo imobilizado foram oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos bancários, conforme descrito na Nota Explicativa 12.

11. Fornecedores

	Consolidado	
	2015	2014
Fornecedores nacionais	71.431	24.004
Fornecedores no exterior	3.268	10.743
	74.699	34.747

Os saldos em moeda estrangeira usualmente são objeto de financiamentos de importação (Finimp), momento em que são transferidos para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2015 os saldos com fornecedores no exterior representavam aproximadamente US\$840mil (US\$4.040 mil em 31 de dezembro de 2014).

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

	2015 Taxa média ponderada de juros	Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Empréstimos para capital de giro	CDI + 5,65% a.a.	146.086	121.298
FINAME	6,07% a.a.	49.414	54.383
FINIMP	Var cambial USD + 5,89% a.a.	17.284	16.560
Partes relacionadas (a)	-	-	3.515
Outros	CDI + 2,30% a.a.	717	3.481
		213.501	199.237
Parcela de curto prazo		60.203	63.268
Parcela de longo prazo		153.298	135.969

Os saldos de empréstimos em moeda estrangeira estão assim compostos em 31 de dezembro de 2015:

	US\$ mil	Euros mil
Capital de giro (Nota 9)	5.426	-
Empréstimos e financiamentos – FINIMP	4.198	202
	9.624	202

(a) Vide Nota 25

Movimentação dos empréstimos	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	199.237	151.775
Captações	141.515	131.365
Juros e variação cambial	32.478	20.912
Amortizações - principal	(126.043)	(89.806)
Amortizações - juros, variação cambial e comissões	(33.686)	(15.009)
Saldo no final do exercício	213.501	199.237

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2016	-	78.616
2017	50.908	33.482
2018	45.313	15.708
2019	32.575	4.095
2020	22.067	1.543
2021	1.453	1.543
2022 em diante	982	982
	153.298	135.969

Garantias

As principais garantias concedidas pela Companhia são relativos a hipoteca de 1º grau de certos ativos das fábricas do RJ e GO, pelo valor total de R\$77.917; máquinas e equipamentos localizados nas respectivas fábricas, pelo valor de R\$119.863; aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$3.650 (vide Nota 4); além de duplicatas a receber de clientes no montante de R\$62.066 (vide Nota 5).

Covenants financeiros

Algumas das operações de capital de giro estão sujeitas a certas condições restritivas, tais como a imposição de limites a novos endividamentos, pagamentos a acionistas e apresentações de demonstrações financeiras auditadas dentro de prazos previamente estabelecidos.

O não cumprimento dessas condições restritivas poderá acarretar a antecipação de vencimento das operações relativas às operações de capital de giro.

A Administração monitora o cumprimento de tais condições restritivas, bem como as demais obrigações assumidas em relação às operações de capital de giro e entende que as mesmas estão plenamente atendidas.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

13. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
ICMS normal e Substituição tributária	2.600	1.767
IRPJ e CSLL	31	238
ISS	366	423
PIS, COFINS e CSLL de terceiros	761	915
IRRF sobre salários e pro labore	573	3.630
IRRF de terceiros	241	314
INSS de terceiros	859	1.047
	5.431	8.334

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
INSS a recolher	2.215	2.444
FGTS a recolher	466	404
Provisão para férias e encargos sociais	5.691	4.360
Outros	584	483
	8.956	7.691

15. Parcelamento de impostos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
PIS/COFINS	13.205	13.670
INSS	3.436	6.382
ICMS	112	157
Outros	78	119
	16.831	20.328
Circulante	3.536	4.705
Não circulante	13.295	15.623

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

15. Parcelamento de impostos a recolher--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2017	2.561
2018	1.698
2019	1.549
2020	1.549
2021 em diante	5.938
	<u>13.295</u>

16. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Trabalhistas e previdenciárias	11.557	12.222
Tributárias	6.242	18.585
	<u>17.799</u>	<u>30.807</u>

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

16. Contingências--Continuação

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.456	26.249	39.705
Adições e atualização	1.614	3.531	5.145
Reversões	(2.848)	(11.195)	(14.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.222	18.585	30.807
Adições e atualização	2.400	653	3.053
Reversões	(2.883)	(12.996)	(15.879)
Pagamentos	(182)	-	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.557	6.242	17.799

Durante o exercício de 2015, a Companhia revisou a perspectiva de perdas de suas causas tributárias e, considerando a opinião de seus assessores jurídicos, reverteu o saldo de determinadas provisões constituídas em exercício anteriores no valor de R\$7.208, por considerar que a jurisprudência atual é favorável a Companhia e, sendo assim, o risco de perda deixou de ser considerado provável. As reversões de contingências tributárias realizadas em 2014, no valor de R\$11.195, e as demais reversões de 2015, no montante de R\$5.788, referem-se a parcelas de contingências prescritas nos respectivos exercícios.

A Administração acredita que as provisões constituídas são suficientes para fazer frente às perdas consideradas prováveis.

Não obstante, a Companhia continua sujeito a reclamações trabalhistas e suas operações ao exame pelas autoridades (trabalhista, previdenciária ou fiscal), os quais podem resultar em eventuais autuações com penalidade de multa e necessidade de recolhimento adicional à previdência ou de tributos, durante os prazos prescricionais, consoante com a legislação específica aplicável. A Administração, entretanto, não espera perdas em decorrência de eventuais futuras reclamações trabalhistas ou revisões pelas mencionadas autoridades além daquelas já provisionadas.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

16. Contingências--Continuação

Adicionalmente, a Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos possíveis de perda, para as quais não há provisão para contingências constituída. As contingências estão compostas da seguinte forma:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Contingências tributárias	7.949	33
Contingências cíveis	1.276	406
Contingências trabalhistas	1.463	1.162
	10.688	1.601

As contingências tributárias classificadas como possíveis referem-se substancialmente a autos de infração de ICMS, atualmente em discussão em esfera administrativa. Os valores divulgados incluem multas, juros e atualização monetária.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor contábil do ativo e passivo fiscais diferidos são revisados anualmente pela Companhia com a finalidade de manter tais ativos e passivos pelos valores de realização estimada.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tributos diferidos ativos				
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	21.971	19.209	21.972	19.209
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias dedutíveis	8.084	9.270	8.084	9.270
Subtotal - tributos diferidos ativos	30.055	28.479	30.055	28.479
Obrigações tributárias				
IRPJ e CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	(27.806)	(29.104)	(32.160)	(33.557)
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias tributáveis	(5.858)	(922)	(5.858)	(922)
Subtotal - tributos diferidos passivos	(33.664)	(30.026)	(38.019)	(34.479)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos (Nota 17.b)	(3.609)	(1.547)	(7.963)	(6.000)

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação de tributos diferidos

A movimentação dos tributos diferidos são apresentadas a seguir, de maneira líquida:

	Controladora			Total
	Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	Diferenças temporárias	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	19.209	8.348	(29.104)	(1.547)
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	2.763	-	-	2.763
Reversão de provisões para contingências	-	(3.125)	-	(3.125)
Diferenças de taxas de depreciação	-	(4.192)	-	(4.192)
Outras adições e exclusões, líquidas	-	1.194	-	1.194
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	1.298	1.298
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.972	2.225	(27.806)	(3.609)

	Consolidado			Total
	Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	Diferenças temporárias	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	19.209	8.348	(33.557)	(6.000)
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	2.763	-	-	2.763
Reversão de provisões para contingências	-	(3.125)	-	(3.125)
Diferenças de taxas de depreciação	-	(4.192)	-	(4.192)
Outras adições e exclusões, líquidas	-	1.194	-	1.194
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	1.397	1.397
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.972	2.225	(32.160)	(7.963)

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	50.126	27.077	49.787	26.386
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(17.043)	(9.206)	(16.928)	(8.971)
Imposto de renda diferido ativo gerado em exercícios anteriores, reconhecidos no exercício	-	9.697	-	9.697
Reversão de parcela indedutível de contingências - multas	1.387	-	1.387	-
Resultado de equivalência patrimonial	(99)	230	-	-
Benefícios fiscais e subvenções	13.561	9.377	13.561	9.377
Outras despesas indedutíveis	133	(448)	17	(320)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(2.061)	9.650	(1.962)	9.783

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia apresenta a seguinte composição:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias		Valor	
	2015	2014	2015	2014
Carta Fabril S.A.	96.289.235	96.289.235	96.289	96.289

b) Reserva de Subvenções

- i) O Estado de Goiás, através de sua Secretaria da Fazenda celebrou com a Carta Goiás, em 07 de novembro de 2000, um termo de acordo de regime especial para fruição dos benefícios do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, sendo o ICMS recolhido na base de 30% do valor devido. Do saldo remanescente de 70%, parte é reconhecido como Receita de subvenções no mês da apuração do imposto e parte é reconhecido no Passivo circulante, rubrica Incentivos fiscais, para posterior liquidação através de leilões de saldos do Fomentar promovidos pelo Governo do Estado de Goiás. O saldo a utilizar do benefício, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$55.734 e poderá ser usufruído até 2040 (31 de dezembro de 2014 - R\$59.836).
- ii) Através do Decreto nº 39.853, de 05 de setembro de 2006, o Estado do Rio de Janeiro aprovou o enquadramento da Carta Goiás no Programa de Incentivos para as Indústrias do Setor de Reciclagem, instituído pela Lei nº 4.178/2003 ("Reciclario"). O benefício tem duração de 10 anos e atualmente a Companhia está em processo de renovação do junto aos órgãos competentes do Estado do Rio de Janeiro, sendo esperada sua renovação por igual período.
- iii) Os incentivos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$39.886 (R\$16.069 do FOMENTAR e R\$23.817 do RECICLARIO), foram registrados no resultado como receita e ao final do período transferidos da conta Resultados acumulados para a Reserva de lucros de subvenções na Carta Goiás. Os saldos das reservas existentes em 31 de dezembro de 2015 foram utilizados para absorver prejuízos acumulados, conforme facultado pelo artigos 189 e 195-A da Lei 6404/76.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º de janeiro de 2010, em razão da adoção inicial do novo conjunto de normas contábeis no Brasil, notadamente a Interpretação Técnica 10 ("ICPC 10"), a Companhia optou por remensurar certos bens do ativo imobilizado pelo seu valor atribuído na data de transição, cuja contrapartida foi lançada à rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no final do ano.

Em dezembro de 2015, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos sobre o lucro líquido calculado como segue:

	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	48.065
Importância destinada à reserva legal - 5%	(2.403)
Lucro líquido ajustado - Art. 202, Lei 6404/76	45.662
Absorção de prejuízos acumulados com lucros do exercício:	
Parcela de reserva de subvenções geradas no exercício	(39.886)
Saldo remanescente de prejuízos acumulados no exercício	(3.297)
Dividendo mínimo obrigatório, conforme o estatuto social	2.479
Dividendos propostos	2.479
Percentual de dividendos sobre o lucro líquido ajustado	5,4%

19. Receita operacional líquida

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional bruta		
Venda de produtos e de mercadorias	615.026	473.932
Deduções da receita bruta:		
Impostos incidentes sobre as vendas	(99.790)	(72.369)
Receita de subvenções (Nota18.b)	39.886	27.580
Devoluções e abatimentos	(12.599)	(12.801)
	542.523	416.342

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

20. Custo dos produtos vendidos

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Materia prima	(170.654)	(109.470)
Material de embalagem	(34.409)	(31.946)
Pessoal e encargos	(39.096)	(39.739)
Energia elétrica	(22.604)	(13.075)
Gás	(15.415)	(11.261)
Depreciação	(16.764)	(24.201)
Custo das mercadorias vendidas	(2.031)	-
Outros custos	(25.906)	(27.028)
	(326.879)	(256.720)

21. Despesas com vendas e logística

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Pessoal e encargos	(22.380)	(15.807)
Comissão de representantes	(11.988)	(6.785)
Serviços de terceiros	(3.333)	(1.749)
Verbas e bonificações	(32.553)	(25.231)
Frete	(17.272)	(17.540)
Manutenção, pedágio, combustível e seguro	(5.844)	(7.698)
Outros gastos com viagens	(2.359)	(2.625)
Outras	(1.614)	(1.117)
	(97.343)	(78.552)

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depreciação	(3.344)	(2.139)	(4.268)	(3.504)
Pessoal e encargos	(22.903)	(15.338)	(22.903)	(15.338)
Promoções	(8.381)	(7.126)	(8.381)	(7.126)
Ocupação	(1.258)	(799)	(1.258)	(799)
Marketing	(1.202)	(1.711)	(1.202)	(1.711)
Comunicação	(983)	(1.382)	(983)	(1.382)
Serviços profissionais	(3.382)	(5.284)	(3.382)	(5.284)
Frete	(17)	(13)	(17)	(13)
Material para manutenção	(36)	(35)	(36)	(35)
Utilidades	(119)	(72)	(119)	(72)
Viagens	(436)	(325)	(436)	(325)
Veículos	(168)	(207)	(168)	(207)
Contingências tributárias e tributárias	(2.823)	(3.142)	(2.823)	(3.142)
Outras	(2.843)	(2.936)	(2.842)	(2.936)
	(47.895)	(40.509)	(48.818)	(41.874)

23. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Reversão de provisão para contingências, líquida de adições	16.013	13.796	16.013	13.796
Venda de energia elétrica	874	1.330	874	1.330
Venda de sucatas	650	713	650	713
Indenizações de seguros	-	448	-	448
Recuperação de despesas	6.552	-	6.552	-
Outras receitas (despesas)	765	1.252	1.058	1.252
	24.854	17.538	25.147	17.538

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2015	2014
Juros e desconto de duplicatas	(7.258)	(6.140)
Descontos	(249)	(174)
Tarifas bancárias	(2.787)	(2.263)
Encargos financeiros	(23.682)	(16.608)
Variação cambial	(6.225)	(3.326)
Impostos sobre operações financeiras	(807)	(1.218)
Juros e multas sobre parcelamento	(1.585)	(2.035)
Perda de ajuste a valor justo (Nota 9)	(1.568)	-
Outras	(3.855)	(779)
Total despesa financeira	(48.016)	(32.543)
Variação cambial	376	1.022
Juros	575	394
Descontos	173	312
Rendimento sobre aplicação financeira	537	21
Ganho de ajuste a valor justo (Nota 9)	1.510	-
Outras	2	447
Total receita financeira	3.173	2.196
Resultado financeiro, líquido	(44.843)	(30.347)

25. Partes relacionadas

a) Empréstimos de mútuo

Os saldos de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014, estavam representados por empréstimos, no valor total de R\$3.515. Durante o exercício de 2015 um novo empréstimo de R\$2.990 foi concedido, entretanto o mesmo foi liquidado ao longo do exercício juntamente com os saldos existentes em 31 de dezembro de 2014. Os juros pagos durante o ano de 2015 foram de R\$1.517.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

25. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração o diretor presidente estatutário, a diretora vice-presidente estatutária, e os vice-presidentes. O montante registrado no resultado do exercício, referente à remuneração total do pessoal-chave, incluindo bônus, foi de:

	<u>2015</u>
Pro-labore - diretores estatutários	8.145
Remuneração de vice-presidentes	6.198

26. Gestão de risco

A Companhia possui gerenciamento de riscos que consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado e expectativas futuras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

26. Gestão de risco--Continuação

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos principais de risco no caso da Companhia: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de descolamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida, atualmente lastreada em CDI e Libor. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros acompanhando os movimentos de mercado. Considerando a manutenção da posição de equivalentes de caixa indexados ao CDI, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento dessas operações e indexadas pelas mesmas taxas, a Administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia (insumos adquiridos com valores atrelados ou denominadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional), bem como empréstimos e financiamentos.

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Para proteger-se dos riscos de câmbio de empréstimos e financiamentos a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, conforme descrito na Nota Explicativa 9.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

26. Gestão de risco--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão do caixa.

Para mitigar os riscos, a administração adota como prática análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, além da diversificação de sua carteira de recebíveis, da seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de crédito. Tais procedimentos, são adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa que contempla 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias (Nota 5).

Depósitos em bancos e instituições financeiras

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. Além disso, todas as operações da Companhia estão diluídas em diversas instituições financeiras, o que minimiza seus riscos.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

26. Gestão de risco--Continuação

Risco de liquidez

A Administração monitora diariamente seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica na capacidade da Companhia em manter o nível adequado de caixa suficientes para capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo.

A Administração vem realizando a reestruturação da dívida atualmente apresentada nas demonstrações financeiras, bem como buscando recursos financeiros adicionais para a expansão dos negócios. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia já havia obtido recursos e acesso a linhas de crédito com instituições financeiras de primeira linha que permitiu o alongamento do perfil de sua dívida e melhoria no fluxo de caixa operacional. A Administração continua a tomar as ações planejadas para obter os recursos necessários para a continuidade e expansão dos negócios da Companhia.

27. Instrumentos financeiros

A classificação dos principais ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2015			2014		
	Ativos a valor justo por meio do resultado (a)	Recebíveis	Total	Ativos a valor justo por meio do resultado (a)	Recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	28.237	-	28.237	3.817	-	3.817
Aplicações financeiras vinculadas	3.650	-	3.650	-	-	-
Contas a receber de terceiros	-	73.894	73.894	-	54.987	54.987
Instrumentos financeiros derivativos	-	24	24	-	-	-
	31.887	73.894	105.781	3.817	54.987	58.804

(a) Controladora e consolidado, exceto para o saldo de caixa e equivalentes de caixa em que a controladora apresentava os saldos de R\$27.941 e R\$3.814 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado.

Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia operou com derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme divulgado na Nota 9.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados pelo custo amortizado como segue:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	74.699	34.747
Empréstimos e financiamentos	213.501	199.237
	288.200	233.984

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2015 para as plantas industriais cobrem a importância global de R\$188.000.

A cobertura dos valores segurados (limites máximos de garantia) em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2015</u>
Básica - incêndio, raio, explosão	150.000
Vendaval até fumaça	5.000
Mercadorias, matéria prima	20.000
Quebra de máquinas	10.000
Danos elétricos	2.000
Vazamento de tanques e tubulações	1.000
	188.000

A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores revisar e concluir sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada e avaliada quanto à sua adequação pela Administração da Companhia.